

DE O CORPO

BOLETIM

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

TARAM
ADOR
E VOCES AGORA
BALHADOR

DADOS DE 2025 | 9ª EDIÇÃO

RJ - RIO DE JANEIRO
NV 5363

APRESENTAÇÃO

Esta edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré reúne dados sobre os impactos da violência armada, ao longo de 2025, no conjunto de 15 Favelas que formam o bairro Maré. Inclui, ainda, as informações de uma década de monitoramento contínuo realizado pelo projeto *De Olho na Maré*. Importante frisar que, em 2026, essa iniciativa completa 10 anos de registro da violência armada que acontece na região, seja de grupos civis armados ou das polícias. Consideramos esse um feito singular, qual seja: monitorar, durante uma década, confrontos e operações policiais a partir de um trabalho que acontece dentro da favela e que tem o objetivo de produzir evidências sobre a negligência do Estado quando se trata da garantia do direito à segurança pública de populações empobrecidas.

Os números impressionam. Em 10 anos de monitoramento contínuo (2016-2025), foram 231 operações policiais nas favelas da Maré e 160 mortes decorrentes dessas operações. Nos registros dos 10 anos de acompanhamento dos confrontos armados, houve 1.538 ocorrências de violências e violações de direitos, incluindo feridos, ameaças, tortura e cárcere privado. Esses números, infelizmente, mostram que há um padrão de violência que vem se repetindo ao longo dos anos.

Nesse contexto, a violência armada vem produzindo impactos profundos no cotidiano da vida das populações de favelas. Além das mortes e das violações diretas que ocorrem, há uma naturalização sobre a interrupção de serviços públicos relacionados aos direitos mais básicos que deveriam ser garantidos, mas que não ocorrem quando se trata de moradores de favelas. Segundo o monitoramento da Redes da Maré, entre 2016 e 2025, foram 163 dias de escolas fechadas no território em decorrência de operações policiais, o que equivale à perda de aproximadamente um ano letivo na trajetória educacional de crianças e adolescentes da Maré. Trata-se de uma violação continuada do direito à educação, que não pode ser tratada como mero efeito colateral da política de segurança pública, mas como dano produzido pela histórica negligência do Estado. Esse prejuízo às crianças, adolescentes e jovens exige

que medidas de reparação sejam pensadas, para além da simples reposição de dias de aula¹.

A gravidade desses impactos sobre direitos fundamentais tem sido reconhecida também por órgãos de controle e justiça. Em 2025, o Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro instaurou inquérito civil público para investigar os efeitos das operações policiais na vacinação de crianças de até seis anos que vivem em territórios marcados por conflitos armados². A apuração, determinada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, tem como base estudo elaborado pelo Unicef em parceria com a Redes da Maré, que evidenciou como a violência armada compromete o acesso à saúde na primeira infância, reforçando que as consequências da política de segurança pública atingem de forma direta e duradoura as crianças e suas famílias³.

Lamentavelmente, ao analisarmos os dados colhidos em 2025, identificamos a persistência de um modelo de segurança pública no estado do Rio de Janeiro ainda centrado em operações bélicas, de cunho repressivo e com resultados inexpressivos no combate às redes ilícitas. O massacre nos complexos da Penha e do Alemão em 2025, as chacinas⁴ do Jacarezinho em 2021 e a da Maré em 2018, entre outras, reiteram que a política do combate ostensivo segue operando com licença para matar, apesar de decisões judiciais e compromissos formais de redução da letalidade.

O retorno de helicópteros como plataforma de tiro aprofunda, também, as contradições da política estadual. Além de aumentar o número de mortes em áreas densamente povoadas, essa prática colide diretamente com as diretrizes do Supremo Tribunal Federal, que, por meio da ADPF 635, orienta a redução da letalidade policial e a preservação da vida, evidenciando a distância entre as determinações institucionais e a atuação concreta do Estado no território.

1 - Boletim Direito à Segurança Pública na Maré – Edição Especial: Impactos da violência armada na educação, Redes da Maré, Rio de Janeiro, 2025. <https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/374/pela-reparacao-dos-impactos-da-violencia-armada-no-direito-a-educacao-na-mare>


2 - <https://www.mpf.mp.br/comunicacao/noticias/2026/mpf-abre-inquerito-para-apurar-impactos-da-violencia-armada-na-vacinacao-de-criancas-rj>

3 - <https://www.redesdamare.org.br/br/noticia/285/vacinacao-infantil-cai-90-em-dias-de-operacoes-policiais-na-mare-revela-estudo-do-unicef-e-redes-da-mare>

4 - https://wikifavelas.com.br/index.php/Principais_chacinas_no_Rio_de_Janeiro

Quatro décadas de aposta nesse paradigma produzem um veredito inequívoco: o confronto armado é ineficaz. Não reduziu o poder dos mercados ilícitos, não garantiu segurança, nem preservou vidas. O que se observa, na realidade, é a reprodução da violência, que atravessa o Rio de Janeiro e se manifesta de forma aguda nas regiões empobrecidas do estado.

O projeto *De Olho na Maré* prioriza a produção de conhecimento como uma das formas que podem contribuir para o processo de responsabilização das violações de direitos que ocorrem historicamente nas áreas de favelas. Nossa crença é que a produção de dados a respeito do padrão de violência direcionada a certos segmentos da população brasileira fortalece a luta por mudanças estruturais na política de segurança pública, que deve se basear em inteligência, investigação, além do respeito à vida e garantia da segurança para a sociedade, independentemente do local de moradia ou condição de vida. Dez anos depois, a evidência é clara: segurança pública não se faz apenas com polícia.

A Redes da Maré também tem investido em iniciativas inovadoras de produção de evidências sobre violências e violações, como o projeto *Maré por Justiça – Análise Forense Comunitária*. A partir da articulação entre moradores, pesquisadores, universidades  e organizações, o projeto constrói evidências de forma colaborativa, reunindo testemunhos, registros fotográficos, mapeamentos territoriais, análises espaciais e reconstruções tridimensionais de cenas de crime. Trata-se de uma experiência de ciência produzida a partir do território, que confronta versões oficiais, fortalece a memória coletiva e amplia as possibilidades de responsabilização do Estado, afirmando que quem vive a violência também produz conhecimento legítimo sobre ela.

Essa iniciativa é fundamental, porque, no monitoramento de operações policiais realizado pela Redes da Maré desde 2016, foram registradas 160 mortes no território: apenas 16 tiveram perícia, e somente uma resultou em denúncia formal. A alegação de “instabilidade do território” tem servido, de forma recorrente, como justificativa para negar o direito à perícia, comprometendo o acesso à verdade e à justiça.

Nesse sentido, reafirmamos que segurança pública é a garantia de um conjunto amplo de direitos e serviços que sustentam a vida cotidiana: educação em funcionamento pleno, acesso contínuo à

saúde, iluminação pública, mobilidade segura, saneamento básico, moradia digna, acesso à cultura e ao esporte, proteção social, trabalho e renda, além do direito de ir e vir sem medo. Onde esses direitos são sistematicamente interrompidos, como nas favelas da Maré, não podemos dizer que há segurança para os moradores.

COMO ESTE TRABALHO ACONTECE - METODOLOGIA

- 1** - Atuação direta de profissionais da Redes da Maré, atuantes no Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, que acompanham os confrontos armados *in loco*. É organizado um plantão de acolhimento às pessoas que sofrem algum tipo de violação de direitos humanos e/ou também a partir dos registros dos casos trazidos por moradores.
- 2** - Articulação de uma rede de colaboradores entre moradores e organizações atuantes nas favelas da Maré, que contribuem reportando e validando evidências sobre as violências ocorridas.
- 3** - Coleta de informações oficiais ou validadas junto a órgãos dos governos municipal e estadual, tais como Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, através de suas assessorias de comunicação.
- 4** - Levantamento em meios de comunicação e redes sociais sobre eventos que ocorreram relacionados à violência armada.
- 5** - Deslocamento da equipe ao campo em até 48 horas após as situações de violências, a fim de checar as informações recebidas.
- 6** - Sistematização de todas as informações sobre violações de direitos ocorridas nas favelas da Maré, que servem de base para a elaboração do Boletim Anual Direito à Segurança Pública na Maré.
- 7** - Análise e gestão das informações que compõem o banco de dados, para a criação de indicadores sobre as violações de direitos.

Nesse processo metodológico, vale reforçar que o número de operações policiais e das consequentes mortes são informações baseadas na observação direta, *in loco*, desses acontecimentos, haja vista a evidência das operações no território e das vítimas fatais por elas causadas. No entanto, algumas violências e violações de direitos, a depender das circunstâncias e ambientes em que ocorreram, podem não chegar ao conhecimento do projeto *De Olho na Maré*, ainda que a metodologia de apuração conte com procedimentos de busca ativa. Nesse sentido, cabe considerar a possibilidade de violações terem ocorrido em número maior do que o informado, por rigor técnico, neste boletim. O mesmo se aplica às ações dos grupos armados e às violências e violações delas decorrentes.



Marcas de tiros no asfalto deixadas pelo helicóptero nas ruas Roberto da Silveira c/ rua Maurício Nassau, Parque União

DINÂMICAS DAS OPERAÇÕES POLICIAIS NAS FAVELAS DA MARÉ EM 2025

Total de Operações: 16

12

mortos

39

moradores reclamaram
dano ao patrimônio

11

feridos

7

tiveram pertences subtraídos

2

vítimas de
violência física

9

pessoas sofreram ameaça

1

vítima de
violência psicológica

2

moradores ficaram
em cárcere privado

3

vítimas de
violência verbal

1

pessoa ficou desaparecida
temporariamente

41

domicílios ou
estabelecimentos
comerciais invadidos

9

dias com
suspensão de aulas

14

dias com suspensão
de atendimento em
unidades de saúde

RETORNO DOS HELICÓPTEROS COMO PLATAFORMA DE TIRO: A VIOLÊNCIA QUE VEM DO ALTO

Uso do helicóptero em operações policiais no Conjunto de Favelas da Maré					
Ano	Operações	Operações policiais com helicóptero	Operações com tiros de helicóptero	Total de mortes em operações	Mortes em operações com a presença do helicóptero
2019	24	11	7	30	20
2020	9	0	0	4	0
2021	7	5	0	7	5
2022	14	6	2	26	21
2023	34	12	2	8	7
2024	42	2	0	20	9
2025	16	8	4	12	7
Total	146	44	15	107	69

O uso de helicópteros amplia de forma significativa o risco de vítimas fatais, sobretudo, em áreas densamente povoadas, como o conjunto de favelas da Maré. No Boletim Edição Especial De Olho na ADPF 635, lançado no primeiro semestre de 2025, a Redes da Maré já apontava que operações policiais com uso de helicópteros são consideravelmente mais letais. Entre 2019 e 2025, as operações que contaram com a presença dessa aeronave concentraram 64% das mortes decorrentes de ações policiais. A Operação Contenção, considerada a mais letal da história do Rio de Janeiro, que aconteceu nos complexos da Penha e Alemão, não fez uso de helicóptero como plataforma de tiro. A justificativa usada pelo secretário de Segurança Pública, Victor Santos, foi de “preservar a integridade dos agentes de segurança” na atuação dentro da mata. O próprio secretário

afirma que o uso do helicóptero aumentaria o risco de feridos. Diante disto, é necessário questionar por que esta estratégia não é considerada para proteger moradores onde operações policiais ocorrem.

Em 2025, as operações policiais ocorridas na Maré deixaram marcas visíveis no território que, somadas aos relatos dos moradores, constroem evidências consistentes de que disparos partiram do alto. Das 16 operações realizadas ao longo do ano, metade contou com a presença de helicópteros e 25% utilizaram a aeronave como plataforma de tiro. No mesmo período, o número de feridos por perfuração por arma de fogo (PAF) foi quase equivalente ao de mortos — 11 feridos e 12 mortes —, indicando a desproporcionalidade no uso da força e os efeitos do terror produzido pela presença do helicóptero nas operações. O trabalho de campo registrou ao menos 308 marcas de tiros espalhadas pelas ruas após as operações. Esse panorama reflete a forma como o uso de helicópteros em operações policiais torna as ações desastrosas, desproporcionais e aterrorizantes, deixando um rastro de destruição e terror psicológico que aflige os moradores.

Em novembro de 2025, uma operação policial com uso de helicóptero como plataforma de tiro evidenciou de forma dramática os riscos dessa estratégia na Maré. Disparos realizados do alto atingiram diferentes favelas do território, inclusive áreas próximas a escolas e unidades de saúde, resultando na morte de, ao menos, três pessoas, na perfuração por arma de fogo de uma criança dentro de uma unidade escolar, além de feridos, invasões de domicílios e danos ao patrimônio. O episódio, marcado por pânico generalizado, interrupção de serviços públicos e denúncias de violações de direitos, evidenciou o descumprimento das determinações da ADPF 635 e reforçou que o uso de helicópteros em áreas densamente povoadas não atua como medida de proteção, mas como fator de intensificação da letalidade, do terror psicológico e da insegurança coletiva, especialmente para crianças, famílias e trabalhadores que vivem no território.

Meses antes, em abril, a organização mobilizou uma ampla agenda de ações políticas em torno da votação da ADPF das Favelas, levando mais de 50 pessoas — entre tecedores da Redes, mães e familiares de vítimas da violência do Estado e organizações parceiras — a Brasília, para acompanhar presencialmente a decisão no Supremo Tribunal Federal. Paralelamente, a votação foi acompanhada na própria Maré por meio da mobilização dos moradores, com atividades culturais, intervenções artísticas, debates públicos e acompanhamento em tempo real da sessão do STF. Essas ações, que se juntam

a outras cotidianamente articuladas dentro e fora do território, reafirmam um princípio central da atuação da Redes da Maré: as decisões que incidem sobre nossas vidas não podem ocorrer sem nossa presença, participação e voz. Seguimos monitorando, cobrando e incidindo para que a decisão da Suprema Corte se traduza em mudanças concretas no território, mantendo a luta para que a vida, a dignidade e os direitos da população sejam, de fato, prioridade do Estado.

OPERAÇÕES POLICIAIS E USO DE HELICÓPTEROS NA MARÉ – 2025



MENOS OPERAÇÕES EM 2025, PORÉM A PROPORÇÃO DA LETALIDADE AUMENTOU

Em 2025, o número de operações policiais nas favelas da Maré foi menor do que nos últimos dois anos. Foram 16 operações, contra 42 de 2024. À primeira vista, o dado pode sugerir uma inflexão das intervenções policiais, mas essa leitura não se sustenta. Com menos operações, 12 pessoas foram mortas, elevando a letalidade proporcional em 58% em relação ao ano de 2024, quando houve mais operações, porém com menor letalidade relativa.

Esse cenário local dialoga diretamente com o quadro estadual. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), em 2025 o estado do Rio de Janeiro registrou 797 mortes decorrentes de intervenção policial, um aumento de 13% em relação a 2024. No mesmo período, também cresceu o número de policiais mortos, indicando que a intensificação da letalidade não produziu maior proteção nem para a população civil, nem para os próprios agentes de segurança⁵. Os dados reforçam que a política baseada no confronto armado não reduz a violência, mas a redistribui e intensifica, aprofundando um ciclo de mortes que atinge de forma desigual territórios como o bairro Maré.

Em termos práticos, isso significa que cada operação policial realizada em 2025 teve maior probabilidade de terminar em morte. Não houve redução do risco para os moradores; houve concentração da violência. O que se observa é um padrão já conhecido na Maré: operações menos frequentes, porém mais agressivas, com uso intensivo de armamento pesado, incursões prolongadas e lógica de enfrentamento direto em áreas densamente povoadas. A diminuição numérica não representa cuidado, mas reorganização tática de combate ostensivo e violento.

Em outras palavras, esse aumento da letalidade relativa se dá em um contexto de retomada das práticas historicamente associadas a altos índices de mortes, como o uso de helicópteros como plataformas de tiro e a realização de operações de grande envergadura. A consequência é direta: mais mortes por intervenção policial e maior impacto sobre a vida cotidiana.

5 - ISP/RJ, divulgação via Agência Brasil (2026). <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2026-01/mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-cresceram-13-em-2025-no-rj>

Os dados centrais de 2025 demonstram que menos operações não significaram menos violência. Ao contrário, reforçam a persistência de uma política de segurança pública que prioriza o confronto armado e a produção de mortes como indicador midiático de eficiência. A redução do número de operações desacompanhada de mudanças estruturais no modelo de atuação policial, apenas torna a violência mais concentrada, mais letal e ainda mais imprevisível para quem vive nas favelas da Maré.

AÇÕES DOS GRUPOS ARMADOS NA MARÉ EM 2025

Panorama Geral 2025

11

mortos em ações dos grupos armados

5

foram ameaçadas

5

pessoas foram vítimas de violência física

2

sofreram deslocamento forçados

3

foram vítimas de violência psicológica

2

casos de invasão de escolas

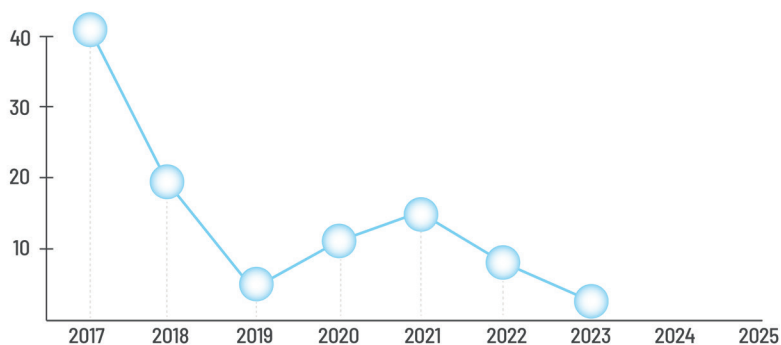
3

sofreram violência verbal

141

registros de tiro

NÚMERO DE CONFRONTOS ENTRE GRUPOS ARMADOS (2017-2025)



SEGURANÇA ALÉM DO POLICIAMENTO: A “DIVISA” COMO LUGAR DO ENCONTRO E DA AÇÃO COLETIVA

Dados de 2017 a 2025 revelam uma mudança significativa nas dinâmicas da violência armada na Maré. Após anos marcados por confrontos frequentes entre os grupos armados, observa-se uma redução contínua desses episódios, culminando em uma diminuição significativa em 2023 e zero registros de confrontos armados em 2024 e 2025. Esse dado representa uma inflexão relevante em um território historicamente atravessado por disputas armadas abertas, como evidencia o gráfico que acompanha esta análise.

Em 2025, no entanto, a violência armada seguiu presente no cotidiano dos moradores das favelas da Maré. Foram 11 homicídios em outras ações dos grupos armados, que não se tratam de mortes em confrontos entre grupos rivais, mas sim em contexto de dinâmicas internas e particulares de cada rede ilícita. Além das mortes, também houve registros de violência física, psicológica e verbal, ameaças, deslocamentos forçados, invasões de escolas e 141 registros de tiros. A ausência de confrontos entre os grupos armados não significa pacificação, mas aponta para uma reconfiguração das formas de exercício da violência, a qual não pode ser atribuída exclusivamente à atuação policial.

Essa transformação se expressa de forma emblemática na Rua Evanildo Alves, popularmente conhecida como “divisa”, espaço simbólico de separação territorial entre dois grupos armados rivais e, por muitos anos, palco de tiroteios intensos e recorrentes. As marcas de bala ainda visíveis nas fachadas das casas lembram um passado recente de violência extrema. A interrupção dos confrontos nesse local, a partir de 2024 e mantida em 2025, não é casual, pois resulta de um processo coletivo de disputa do território pela vida.

A mobilização dos moradores, de suas associações de moradores, de organizações e coletivos locais foi central nesse processo. A ocupação política das ruas, campanhas públicas contra a violência, a realização da marcha “Basta de Violência”, em 2017, e a construção do Memorial em homenagem às vítimas da violência do Estado na Rua Evanildo Alves, em 2022, somadas à requalificação do espaço urbano — com revitalização da via e criação de uma praça — redefiniram os usos e sentidos daquele espaço. Um lugar antes associado ao medo e à morte passou a ser disputado como espaço de memória, convivência e circulação.

A experiência da Rua Evanildo Alves demonstra, de forma concreta, que segurança pública vai além do policiamento e do confronto armado. Ela se constrói com participação social, políticas urbanas, serviços públicos funcionando e reconhecimento da favela como território de direitos. A redução dos confrontos armados na Maré, evidenciada pela série histórica apresentada neste boletim, reforça que estratégias baseadas exclusivamente na força armada são incapazes de produzir segurança duradoura. São as ações coletivas e territoriais, protagonizadas por quem vive a favela, que têm mostrado maior capacidade de transformar dinâmicas locais complexas, mesmo em um contexto persistente de violência no Rio de Janeiro.

OS 10 ANOS DO TRABALHO DO *DE OLHO NA MARÉ*

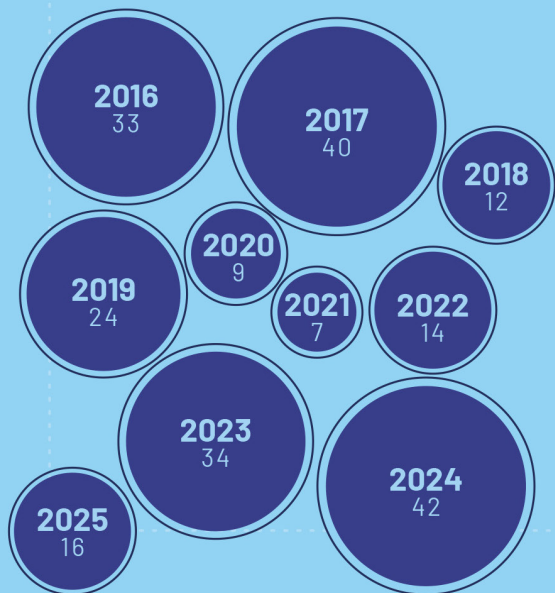
Entre 2016 e 2025, o *De Olho na Maré* consolidou uma das mais robustas experiências de monitoramento independente da segurança pública no Brasil. Em dez anos, foram 231 operações policiais registradas nas favelas da Maré. Não se trata de uma sequência linear ou acidental: os dados revelam picos recorrentes de operações (2017, 2019 e 2024) que dialogam diretamente com mudanças de governo, estratégias policiais e ciclos eleitorais. A queda momentânea em alguns anos não significou pacificação, mas reconfiguração tática — menos operações, muitas vezes, com maior intensidade letal.

O impacto mais brutal desse modelo é a letalidade. No período analisado, 160 pessoas morreram em operações policiais na Maré. Há períodos que concentram verdadeiros massacres, como 2019 (30 mortes) e 2022 (26 mortes), evidenciando que a política de segurança pública segue operando sob uma lógica letal e ineficaz. A vida dos moradores continua sendo tratada como dano colateral. E diga-se sem rodeios: não é excesso, é método!

Para além das mortes, o monitoramento revela a dimensão cotidiana da violência estatal. Foram 1.538 registros de violências e violações de direitos em dez anos. Isso inclui 226 feridos, 178 vítimas de violência física, 135 de violência psicológica, 90 de violência verbal e 67 casos de tortura. Casas ou estabelecimentos invadidos (318), patrimônios danificados (243), pertences subtraídos (76), ameaças (133) e situações de cárcere privado (72) também compõem um cenário de suspensão permanente de direitos. A exceção virou regra — e regra armada.

O trabalho do *De Olho na Maré* não é apenas um banco de dados; é uma ferramenta política de disputa de narrativa e de defesa da vida. Ao produzir evidências a partir do território, com rigor metodológico e compromisso ético, o projeto desmonta versões oficiais que naturalizam mortes e silenciam violações. Dez anos depois, o que esses números gritam é simples e incômodo: a segurança pública que chega à Maré não protege, ela mata, fere, invade e interrompe direitos básicos. Persistir nesse monitoramento é, ao mesmo tempo, um ato de resistência e uma afirmação radical de que vidas na favela importam e que temos direitos!

231 operações policiais entre 2016 e 2025

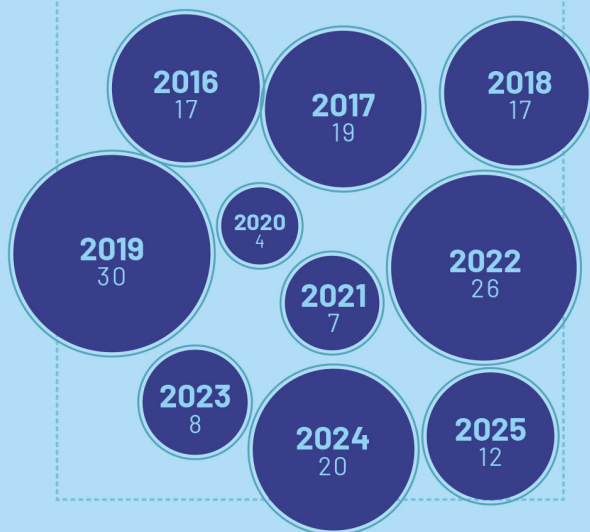


Além das mortes, o De Olho na Maré registrou outras **1.538 violências e violações de direitos** em 10 anos:



318 domicílios ou estabelecimentos comerciais **invadidos**

160 mortes em operações policiais na Maré entre 2016 e 2025



243 moradores reportaram **dano ao patrimônio**

Entre 2016 e 2025 houve **163 dias com escolas fechadas** na Maré em decorrência de operações policiais, o que equivale à perda de aproximadamente um ano letivo na trajetória educacional de crianças e adolescentes do território¹.

226

feridos

67

sofreram
tortura

135

vítimas de
violência
psicológica

178

vítimas de
violência física

90

vítimas de
violência verbal

76

tiveram
pertences
subtraídos

72


moradores
ficaram em
cárcere privado

133

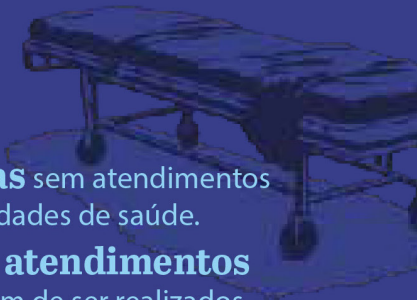
pessoas
sofreram ameaça

Impactos nos Serviços Públicos

2025



9 dias sem aulas em
escolas em decorrência da
violência armada. Em média,
são quase 25 escolas fechadas e
7.908 alunos sem aulas
por operação policial.



14 dias sem atendimentos
em unidades de saúde.

7.866 atendimentos
deixaram de ser realizados.

1 – Boletim Direito à
Segurança Pública na
Maré – Edição

Especial: Impactos da
violência armada na
educação, Redes da
Maré, Rio de Janeiro,
2025.

<https://www.redesda-mare.org.br/br/artigo/374/pela-reparacao-dos-impactos-da-violencia-armada-no-direito-a-educacao-na-mare>



Ao longo do ano, a Redes da Maré integrou o Fórum pelos 200 dias letivos e a Comissão Permanente de Acompanhamento da Obrigatoriedade de Cumprimento dos 200 Dias Letivos, instituídos pelo Conselho Nacional de Educação, em janeiro de 2025.

O CORPO

TARAM
A DOR
VOCES AGORA
BALH DOR

RJ-RID DE JANEIRO
IV-5362

REDES DA MARÉ

2026

Rua Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda, Maré, Rio de Janeiro.

Vila dos Pinheiros. Via A1, s/n. Anexo Ciep
Gustavo Capanema. Vila dos Pinheiros –
Maré, Rio de Janeiro.

(21) 3105-5531

(21) 3104-3276

eixosegurancapublica@redesdamare.org.br

www.redesdamare.org.br



REDES DA MARÉ

Apoio:

**15 ASSOCIAÇÕES DE
MORADORES DA MARÉ**

Realização:

redes^{da}maré

Parceria:



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

InfoCITIZEN



Acesse esta publicação em:

www.redesdamare.org.br/publicacoes



